

RECURSO ESPECIAL Nº 1.638.963 - PR (2016/0288798-7)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : IZABEL DILOHÊ PISKE SILVÉRIO
RECORRENTE : ANGELO FRAXINO
ADVOGADO : IZABEL DILOHE PISKE SILVERIO (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - PR009066
RECORRIDO : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
INTERES. : FRANCICO SALLES FERREIRA

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **IZABEL DILOHÊ PISKE SILVÉRIO E OUTRO**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento de embargos à execução em ação rescisória, assim ementado (fl. 31e):

EMBARGOS À EXECUÇÃO. AÇÃO RESCISÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INEXISTÊNCIA DE TÍTULO. ARBITRAMENTO. OMISSÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. PROCEDÊNCIA.

- 1. O trânsito em julgado do acórdão da lavra do egrégio Superior Tribunal de Justiça que reformou o aresto Regional para reputar extinta a ação rescisória em sede de recurso especial, omitindo a fixação dos ônus sucumbenciais, não enseja a compreensão no sentido da automática inversão dos referidos encargos, na linha da jurisprudência da aludida Corte Superior.*
- 2. Embargos à execução julgados procedentes diante da inexistência de título executivo.*

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos, apenas para fins de prequestionamento (fls. 41/44e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 1.022 do Código de Processo Civil – houve omissão relativamente à alegação de que "os honorários sucumbenciais foram

fixados pelo v. acórdão regional, sendo, portanto, passíveis de inversão automática e quanto ao fato de que os honorários advocatícios, como consectários da sucumbência, integram o conteúdo implícito do pedido, situações que encerram ponto fundamental para o deslinde da controvérsia, suficientes para demonstrar a exigibilidade do título judicial em relação à verba sucumbencial" (fl. 50e); e

- II. Art. 85 do Código de Processo Civil de 2015 – "a jurisprudência desse Eg. Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de que o provimento de recurso interposto tem o condão de inverter de modo automático os honorários anteriormente fixados, ainda nos casos em que não haja pronunciamento da instância revisora sobre o ponto" (fl. 53e).

Com contrarrazões (fls. 60/63e), o recurso foi admitido (fl. 64e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, c, e 255, III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

A Recorrente sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido, não sanada no julgamento dos embargos de declaração, relativamente a alegação de que "os honorários sucumbenciais foram fixados pelo v. acórdão regional, sendo, portanto, passíveis de inversão automática e quanto ao fato de que os honorários advocatícios, como consectários da sucumbência, integram o conteúdo implícito do pedido, situações que encerram ponto fundamental para o deslinde da controvérsia, suficientes para demonstrar a exigibilidade do título judicial em relação à verba sucumbencial" (fl. 50e).

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia nos seguintes termos (fls. 27/29e):

Entendo que assiste razão ao embargante em afirmar a inexistência de título executivo a embasar a execução proposta, tendo em linha de conta o que consta dos autos da ação rescisória em apenso.

Às fls. 437-45, especialmente à fl. 442, esta Seção julgou parcialmente procedente a ação rescisória apresentada pelo IBAMA, fixando em seu favor honorários advocatícios na expressão de 1% sobre o valor da causa.

Às fls. 578-85, em especial à fl. 583, verso, o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o recurso especial interposto do acórdão desta Seção, omitiu a fixação da sucumbência ao ter extinguido a ação rescisória sem resolução do mérito.

Sobreveio o trânsito em julgado do acórdão do Superior Tribunal de Justiça (fl. 596, verso).

Nessa ordem de fatos do processo, verifica-se a omissão do arbitramento da verba advocatícia que ora se pretende executar, o que ocorreu no contexto de acórdão com trânsito em julgado, que a teor do previsto no artigo 467 do CPC não pode ser modificado.

Tendo deixado de haver fixação de honorários advocatícios, não há o que executar, tampouco há falar em inversão automática da sucumbência, hipótese expressamente descartada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consoante bem evidenciam as ementas a seguir transcritas da recente jurisprudência da aludida Corte Superior:

(...)

Assim, procedentes os embargos, condeno a parte embargada ao pagamento de honorários advocatícios na expressão de R\$ 500,00.

No caso, não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do

julgado.

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: *i)* esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; *ii)* suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, *iii)* corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil considera, ainda, omissa, a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas em seu art. 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: *i)* se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; *ii)* emprega conceitos jurídicos indeterminados; *iii)* invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; *iv)* não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; *v)* invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e, *vi)* deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015 impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Esposando tal entendimento, o precedente da Primeira Seção desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art.

489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o

presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.

4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisum.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI – DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

E depreende-se da leitura do acórdão recorrido que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a rejeição dos embargos declaratórios uma vez ausentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (v.g. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EREsp 1.431.157/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 29.06.2016; 1ª Turma, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.104.181/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 29.06.2016; e 2ª Turma, EDcl nos EDcl no REsp 1.334.203/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 24.06.2016).

Sobre os honorários advocatícios, o tribunal *a quo* manifestou-se nos seguintes termos (fls. 27/29e):

Às fls. 578-85, em especial à fl. 583, verso, o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o recurso especial interposto do acórdão desta Seção, omitiu a fixação da sucumbência ao ter extinguido a ação rescisória sem resolução do mérito.

Sobreveio o trânsito em julgado do acórdão do Superior Tribunal de Justiça (fl. 596, verso).

Nessa ordem de fatos do processo, verifica-se a omissão do arbitramento da verba advocatícia que ora se pretende executar, o que ocorreu no contexto de acórdão com trânsito em julgado, que a teor do previsto no artigo 467 do CPC não pode ser modificado.

Tendo deixado de haver fixação de honorários advocatícios, não há o que executar, tampouco há falar em inversão automática da sucumbência, hipótese expressamente descartada pela jurisprudência do

Superior Tribunal de Justiça, consoante bem evidenciam as ementas a seguir transcritas da recente jurisprudência da aludida Corte Superior:

(...)

Assim, procedentes os embargos, condeno a parte embargada ao pagamento de honorários advocatícios na expressão de R\$ 500,00.

Contudo, esta Corte orienta-se no sentido de que, provido o recurso, reformando-se a decisão impugnada, e quedando-se omissa a decisão quanto aos ônus da sucumbência, considera-se invertida a condenação neste aspecto:

Nesse sentido:

PROCESSUAL - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - ACÓRDÃO QUE INVERTE O DISPOSITIVO DA SENTENÇA - CONDENÇÃO IMPLÍCITA - INVERSÃO DA CONDENÇÃO FIXADA NA SENTENÇA.

- Se o acórdão, em dando provimento integral a apelação, reverteu o dispositivo da sentença reformada, sem fazer referência aos ônus da sucumbência, é de se entender tenha, por igual, invertido a condenação imposta na decisão reformada.

(EResp 53.191/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/10/1999, DJ 28/02/2000, p. 29)

PROCESSUAL CIVIL. PROVIMENTO DE RECURSO. HONORÁRIOS. INVERSÃO AUTOMÁTICA DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que o provimento de recurso interposto tem o condão de inverter de modo automático os honorários anteriormente fixados.

2. "Dispõe o art. 294 do Código de Processo Civil que os honorários advocatícios, como consectários da sucumbência, integram o conteúdo implícito do pedido. A fortiori, provido o recurso, reformando-se a decisão ad quem, e quedando-se omissa a decisão quanto aos ônus da sucumbência, é de se entender que tenha, por igual, invertido a condenação neste aspecto" (REsp 545.065/SE, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 7.10.2003, DJ 3.11.2003, p. 278).

3. No caso em apreço, ainda que haja a peculiaridade de que o acórdão de apelação tenha sido reformado pelos embargos infringentes, o provimento destes é apto tão somente a inverter os ônus sucumbenciais fixados no acórdão anterior pois, havendo omissão no acórdão dos infringentes, caberia à parte, na época oportuna, requerer a fixação das verbas de sucumbência sobre o valor da condenação em sede de embargos declaratórios, antes do trânsito em julgado da sentença, sendo incabível imposição posterior já na fase de execução.

Recurso especial provido.

(REsp 1.268.351/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 08/11/2011)

PROCESSUAL CIVIL. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. INVERSÃO.

1. Dispõe o art. 294 do Código de Processo Civil que os honorários advocatícios, como consectários da sucumbência, integram o conteúdo implícito do pedido. A fortiori, provido o recurso, reformando-se a decisão ad quem, e quedando-se omissa o acórdão quanto aos ônus da sucumbência, é de se entender que tenha, por igual, invertido a condenação neste aspecto. Precedente da Corte Especial.

2. Recurso Especial provido.

(REsp 545.065/SE, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/10/2003, DJ 03/11/2003, p. 278)

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, c, e 255, III, ambos do RISTJ, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial, para considerar a inversão automática dos honorários sucumbenciais na ação rescisória, nos termos da fundamentação, determinando o retorno dos autos ao tribunal de origem, a fim de que prossiga no julgamento das demais questões suscitadas nos embargos à execução.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora